

Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
21 de janeiro de 2010 - Nº 163 www.sindipetrocaxias.org.br



Sindipetro Caxias propõe anistia das punições

Em reunião com a gerência da Reduc ocorrida na última terça-feira, 19, o Sindipetro Caxias propôs a anistia das punições em razão dos acidentes ocorridos em novembro e dezembro de 2009 nas U-1322 e U-1730. A gerência, mais uma vez, se mostrou irredutível, alegando que não foram observados os procedimentos da Petrobrás e foi esse descumprimento, e não propriamente o acidente, que motivou as punições.

O Sindicato reafirmou sua posição de não admitir punição aos trabalhadores e, sendo necessário, recorrerá a todas as instâncias a fim de revertê-las. No entanto, acredita que ainda há espaço para uma solução negociada.

Os trabalhadores lamentam os acidentes ocorridos. São eles que estão na ponta da linha e irão ser as próximas vítimas se não houver uma verdadeira priorização da segurança na Petrobrás. Vale destacar que os trabalhadores estão dispostos a fazer a sua parte. Resta saber se a gerência vai cumprir a sua obrigação de reduzir o passivo de manutenção das unidades da refinaria e reavaliar o efetivo próprio da operação, segurança e manutenção.

O Sindipetro Caxias tem insistentemente denunciado as condições inseguras ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), participado das análises de acidentes, tem feito também, em conjunto com a CIPA, inspeções periódicas nas unidades e nas Paradas de Manutenção, conversa com os trabalhadores nas assembleias e setoriais sobre saúde e segurança, alertando para o estrito

cumprimento dos procedimentos da empresa, mas está dentro da fábrica menos tempo do que gostaria. Conta com os olhos e a voz dos trabalhadores para denunciar as condições inseguras a fim de cobrar dos gerentes para que estes façam a sua parte.

Breve Histórico. No dia 30 de dezembro de 2009 o Sindipetro Caxias descobriu que a Reduc iria anunciar um conjunto de punições, demissões, suspensões e advertências, envolvendo 10 trabalhadores e 02 gerentes setoriais. Diante dessa situação, o Sindicato solicitou a intervenção da FUP, e agendou uma série de reuniões, envolvendo o Gerente de RH Corporativo, o Gerente Executivo do Refino e o Gerente Geral da Reduc na busca de uma solução.

O Sindipetro Caxias ponderou que aquelas medidas eram extremas e iriam causar um grande transtorno sem atacar a raiz dos problemas. As punições estavam sendo aplicadas em virtude de descumprimento de padrões de segurança, principalmente o LIBRA, que causaram dois acidentes graves em novembro e dezembro, conforme justificativa dos gerentes.

Os gerentes da Petrobrás acataram parte das ponderações feitas pelo Sindipetro Caxias e pela FUP reduzindo as medidas, porém mantendo as punições. O Sindicato continuou buscando interlocução com a empresa no sentido de anular essas medidas.

Foram realizadas algumas setoriais, pelo Sindicato, envolvendo os trabalhadores da Reduc para explicar

o que estava ocorrendo na Petrobras, principalmente na área do Refino.

A empresa vem implementando medidas para gerar consequências a quem não praticar os padrões de segurança. A orientação é manter a segurança em primeiro lugar mesmo que para isso as Unidades tenham que parar a produção.

Mesmo com a redução das punições, o Sindicato se manteve atuante e voltou a procurar os gerentes da Petrobrás, solicitando a anistia das punições e uma campanha educativa para a conscientização de toda força de trabalho. A empresa está avaliando a proposta.

O carnaval da oposição. Numa atitude extremamente oportunista, a oposição com apoio do Sindipetro-RJ e do Siticom, tentou usar as punições para atacar a direção do Sindipetro Caxias, buscando antecipar o processo eleitoral.

A preocupação de fundo não eram as punições de trabalhadores e, sim, a possibilidade de criarem um picadeiro para poderem passar por cima da direção do Sindicato.

A direção eleita do Sindipetro Caxias tem mandato até 2011 e isto é um fato consumado. Não haverá eleições este ano devido ao processo judicial movido pela própria oposição que obrigou novas eleições em dezembro de 2008.

O Sindicato não está parado e, sem alarde, está buscando soluções para o cancelamento das punições. Nosso objetivo é resolver o problema e não fazer carnaval.

Programa Jovem Universitário

No dia 21 de janeiro, às 09h, serão apresentados pela Petrobrás, à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos, todos os cursos de nível superior relacionados diretamente à indústria do óleo, gás, energia e biocombustíveis que irão integrar o Programa Jovem Universitário.

Vale lembrar que o Programa é uma

importante conquista da FUP no atual Acordo Coletivo de Trabalho e irá beneficiar os filhos de empregados de até 24 anos de idade e que ainda não possuam formação em nível superior.

O incentivo se dará na forma de reembolso de 30% (trinta por cento) das despesas comprovadas com a universidade, limitado ao valor de

cobertura de uma tabela que em breve será divulgada. Os que estão cursando universidade particular terão o reembolso mensal de mensalidades e matrícula. Já os que estão em universidade pública terão direito ao reembolso semestral, mediante comprovação, dos gastos com material e livros.

Prazo para entrega de Atestados Médicos é de 72 horas

Cumprir informar aos novos empregados e também aos antigos que o prazo para entrega do Atestado Médico no Setor de Saúde Ocupacional é de 72 horas. Caso o trabalhador esteja impossibilitado de

comparecer a Reduc, deve telefonar para avisar ao Setor de Saúde.

O médico optará entre esperar o retorno do empregado ou enviar um assistente social para uma visita e poderá disponibilizar, conforme o

caso, uma viatura para que este se desloque até a empresa.

O trabalhador deve avisar o seu afastamento também ao seu supervisor imediato para que este possa fazer seu planejamento.

Mudança na saída do turno pela manhã

O Sindipetro Caxias se reuniu no fim do ano passado com a gerência da Reduc alertando que não concordava com a sistemática de marcação de ponto em relógio móvel e com a guarda deste equipamento pelo motorista do ônibus.

A refinaria avaliou as ponderações feitas pelo sindicato e adiou estas medidas até que estejam concluídas as obras no pátio sul do restaurante que receberá uma nova Central de Ponto com relógios fixos.

A saída pelo Portão 4, através do uso desta nova Central de Ponto, deverá ocorrer somente na saída do turno no horário de 07:30h com o objetivo de evitar o fluxo de entrada dos ônibus do Regime Administrativo.

Vazamento de óleo na Baía de Guanabara completa 10 anos

Completo 10 anos, no último dia 18 de janeiro, um dos maiores acidentes ambientais ocorridos no Brasil, provocado pelo vazamento de 1,293 milhões de litros de óleo *in natura* na Baía de Guanabara oriundo das tubulações da Reduc, mais precisamente do duto de produtos escuros (PE-2) que interliga a refinaria às instalações do Terminal da Ilha D'Água. Marcante em razão do volume de óleo despejado e da dimensão de seus impactos sobre o meio ambiente, resultou em prejuízos de toda espécie para o ecossistema da Baía de Guanabara e, por conseguinte, para toda população que dele se abastece.

O Sindipetro Caxias, à época, já havia denunciado uma falha técnica no projeto de instalação do oleoduto PE-2 à Procuradoria Regional do Trabalho, ao Ministério Público Federal, às Câmaras dos Vereadores de Rio e de

Caxias, à Alerj e à Câmara Federal, em razão de um vazamento ocorrido em 10 de março de 1997, que provocou o despejo de cerca de 600 toneladas de óleo sobre uma área de manguezal situada entre as instalações da Reduc e a orla da Baía de Guanabara. No entanto, não se tem notícia de nenhuma providência tomada para responsabilizar a Petrobrás por esse acidente, ou se o dano foi reparado ou ressarcido de alguma forma.

Em razão das denúncias encaminhadas pelo Sindipetro Caxias sobre a falta de manutenção de suas instalações se viu obrigada a celebrar com o Ministério Público Federal um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta em que se comprometeu a regularizar o licenciamento ambiental de todas as unidades da Reduc e do Tecam e implantar o Programa de Monitoramento Ambiental da Baía de

Guanabara e Faixas Litorâneas Adjacentes e Ribeirinhas, entre outras ações preventivas.

No que diz respeito à responsabilidade criminal dos empregados e gerentes da Petrobrás envolvidos no acidente ecológico, apenas o processo relativo ao Técnico de Operação do Terminal da Ilha D'Água foi concluído. No entanto, este gozou do benefício da suspensão condicional do processo por 02 anos, aplicado aos crimes de menor potencial ofensivo, e teve que pagar 06 salários mínimos em benefício da Pastoral do Menor de São João de Meriti. Quanto aos demais 10 réus arrolados na Ação Penal Pública, todos gerentes da Petrobrás, estes não sofreram qualquer condenação na esfera criminal e ainda foram agraciados com promoções ou aposentadoria após o acidente.

